



A agenda externa governamental e o empresariado industrial brasileiro como um empreendedor político (2015–2018)

The external governmental agenda and the Brazilian industrial business community as a political entrepreneur (2015–2018)

La agenda gubernamental externa y el empresariado industrial brasileño como empresario político (2015–2018)

DOI: 10.21530/ci.v18n1.2023.1324

Rodrigo Santiago¹

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Resumo

Essa pesquisa insere-se no campo da análise de política externa (APE) e foca em governos e na organização de interesses setoriais, em particular, do empresariado industrial brasileiro como um empreendedor político. O espaço temporal (2015-2018) compreende um momento conturbado da vida política brasileira em que no seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff sofre um processo de *impeachment*, e, então, é sucedida pelo vice-presidente Michel Temer. O método empregado foi o da análise de conteúdo. Conclui-se que a orientação ideológica do governo e o ativismo de grupos de interesses impactam diretamente nos rumos mais particulares da política em tela.

Palavras-chave: Análise De Política Externa; Política Externa Brasileira; Dilma Rousseff; Michel Temer; Empresariado Brasileiro.

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor do curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife — PE, Brasil. (rodrigossantiago_18@hotmail.com).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7905-6266>.

Artigo submetido em 06/02/2023 e aprovado em 22/05/2023.





Abstract

This research is part of the field of foreign policy analysis and focuses on governments and the organization of sectoral interests, in particular, of the Brazilian industrial enterprise as a political entrepreneur. The time space (2015-2018) comprises a troubled moment in Brazilian political life in which in her second term, President Dilma Rousseff undergoes an impeachment process, and is then succeeded by Vice President Michel Temer. The method used was content analysis. It is concluded that the ideological orientation of the government and the activism of interest groups directly impact on the more particular directions of politics on screen.

Key-words: Foreign Policy Analysis; Brazilian Foreign Policy; Dilma Rousseff; Michel Temer; Brazilian Business.

Resumen

Esta investigación forma parte del campo de análisis de política exterior y se centra en los gobiernos y la organización de los intereses sectoriales, en particular de la empresa industrial brasileña como empresario político. El espacio de tiempo (2015-2018) comprende un momento problemático en la vida política brasileña, en el que, en su segundo mandato, la presidenta Dilma Rousseff enfrenta un proceso de destitución, y luego es sucedida por el vicepresidente Michel Temer. El método utilizado fue el análisis de contenido. Se concluye que la orientación ideológica del gobierno y el activismo de los grupos de interés impactan directamente en las direcciones más particulares de la política en discusión.

Palabras clave: Análisis De Política Exterior; La Política Exterior Brasileña; Dilma Rousseff; Michel Temer; Negocios Brasileños.

Introdução

Essa pesquisa insere-se no campo da análise de política externa (APE) e foca em governos e na organização de interesses, em particular, do empresariado industrial brasileiro. Até recentemente, era normal referir-se à Política Externa Brasileira (PEB) como uma política de Estado relativamente incapaz de absorver mudanças e interferências nas agendas governamentais. Isso se devia ao profissionalismo, às capacidades de negociação do Itamaraty e à sua relativa autonomia na definição da PEB (Alcântara 2001; Cervo e Bueno 2002; Pinheiro 2004). Ao estudar esse





tópico enquanto política pública, a colocamos em um local onde há a interferência de outros atores não necessariamente estatais. Assim, da mesma maneira que políticas de governo se convertem em políticas de Estado, em um determinado tempo-espaço, podem, igualmente, deixar de sê-la. Analisar a política externa como uma política pública traz os desafios de procurar compreender como e por que os governos fazem a opção por determinados caminhos e não outros (Milani e Pinheiro2013).

Um dos focos da APE é exatamente o processo de tomada de decisão encabeçado, quase sempre, por autoridades estatais (Hudson 2005; Salomón e Pinheiro2013). Se por um lado é necessário identificar a agenda governamental, por outro, em regimes democráticos, cresce a discussão sobre a influência de atores não-governamentais no processo decisório de política externa (Milbraith1967; Putnam1988; Webber e Smith2002; Hill2003; Milani2012a; 2012b). Na produção científica nacional, Carvalho (2003), Mancuso e Oliveira (2006) e Oliveira e Onuki (2010) debatem o papel do empresariado enquanto grupo de interesse que se manifesta em momentos críticos e que demonstra seu ponto de vista através de posicionamentos contundentes na imprensa.

Nessa pesquisa, espera-se identificar as opções traçadas no período de 2015 a 2018 pelos governos Rousseff e Temer e a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) por ser a entidade de cúpula que representa os interesses da indústria. Esse espaço temporal compreende um período conturbado da vida política brasileira em que no seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff sofre um processo de *impeachment*, e, então, é sucedida pelo vice-presidente Michel Temer. Também, nesse momento, são várias as declarações críticas à realidade econômica do país e ao governo Rousseff de entidades ligadas ao setor industrial, como: CNI, FIESP e FIRJAN (Alves 2016; Manfrini e Warth 2016; Martins 2016; Sorima Neto, Nogueira e Oliveira 2016). Visão corroborada por Costa (2018,521) que sublinha o seguinte: “No âmbito do espaço público, mudanças importantes também ocorreram. A partir do final de 2015, em vista do agravamento da crise econômica, entidades empresariais, lideradas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), entram na disputa política em favor da destituição de Rousseff.” Por isso, a indagação: A agenda internacional da CNI é mais similar à agenda de qual dos governos analisados?

O trabalho, além dessa introdução, contém mais quatro partes: (i) A apresentação do debate especializado sobre grupos de interesse e a ação do empresariado brasileiro enquanto um empreendedor político; (ii) Uma análise contextual doméstica e de





política externa dos governos de Rousseff e Temer; (iii) A exposição do método e dos dados qualitativos que foram coletados; e, por fim, (iv) A discussão e as considerações finais.

A articulação de interesses e o ativismo do empresariado brasileiro

A política externa, mesmo que pareça ser formulada e implementada por diplomatas, é um jogo complexo que envolve diversos atores sociais e múltiplos grupos de interesse, em especial, da classe empresarial, dos interesses econômicos e políticos, aos quais o Poder Executivo esteja alinhado. Da mesma maneira que o Parlamento constituído por vários setores da sociedade civil organizada tem o seu papel de importância no tema em tela. Por isso, é relevante um debate sobre o papel dos grupos de pressão e do seu papel na política.

O ponto inicial para se verificar se os grupos de interesse desempenham algum papel relevante é: identificar se eles cumprem funções na mediação de conflitos e na cooperação política. De acordo com Lapalombara (1982), a análise que deve ser realizada visa perguntar: quais interesses estão em jogo em um determinado debate? Ou seja, estudar quais são os interesses ameaçados em um embate dentro de um processo político, bem como, quais são os potenciais beneficiários destas decisões. Nesse sentido, a indagação fundamental é: quem ganha o quê, como e quando? Apontar os possíveis prejudicados e beneficiários acaba significando trazer à tona as pressões e a ação coletiva.

Argumenta-se, portanto, que os grupos de interesse são unidades capazes de formular e expressar demandas de forma a influenciar os *inputs* e *outcomes* do sistema político. De acordo com Almond e Coleman (1960), Almond e Powell (1966) e Almond *et al.* (2007), a articulação de interesses é uma das maneiras de formulação de reivindicações dos setores organizados. No caso específico deste artigo emprega-se a tipologia² do *associational group*. Isto é, a visão de que há grupos formados particularmente para representar os interesses dos seus membros (por exemplo, a constituição de uma entidade representativa dos trabalhadores ou dos empresários, como os sindicatos, as centrais sindicais, associação de advogados e médicos).

2 Sobre as demais tipologias (*anomic group*, *nonassociational group* e *institutional group*), ver Almond *et al.* (2007).





Em síntese, o objetivo da pesquisa é estudar a ação dos grupos de pressão como *inputs* do sistema político e moldadores das preferências governamentais. Tendo como argumento a ideia de que a CNI é formada especificamente para representar os interesses dos seus membros, no caso em particular, os interesses focados na agenda internacional do governo. Dessa maneira é que surge a relação com o conceito de empreendedor político.

A literatura especializada brasileira (Carvalho2003; Mancuso e Oliveira2006; Rocha2014), afirma que a década de 1990 propiciou uma transformação importante no ambiente em que o empresariado brasileiro atuava. Mancuso e Oliveira (2006, 168-169) pontuam que:

A ação do empresariado teve desdobramentos importantes tanto no plano doméstico — um exemplo foi a campanha pela redução do custo Brasil; quanto no plano internacional — com a criação da Coalizão Empresarial Brasileira. O resultado decorreu da confluência de um processo de natureza econômica, que erigiu a competitividade em meta prioritária das empresas, e um processo de natureza política, com a atuação de lideranças que ajudaram a deflagrar e a sustentar a ação coletiva. A iniciativa dos exemplos explorados neste artigo partiu exatamente de onde menos esperavam os expoentes da tese da debilidade política do empresariado brasileiro: da Confederação Nacional da Indústria, uma entidade setorial de cúpula do sistema corporativista. [...] A mudança que aconteceu foi uma mudança de contexto, posto que a vigência de um ambiente empresarial mais competitivo, em função da abertura econômica, serviu como fator indutor da mobilização em relação ao tema do custo Brasil. A perspectiva de um aprofundamento ainda maior da abertura comercial desenhava-se com as negociações da Alca. Diante da mudança de contexto, as estruturas corporativas mostraram-se capazes de assumir o papel do empreendedor político, usando para isso os recursos oriundos dos pilares tradicionais do sistema.

O elemento principal foi a política de estabilização econômica do país de cunho liberal. Assim, a abertura da economia brasileira ao comércio internacional marcou: (1) A expansão da concorrência no mercado interno; e (2) O objetivo de conquistar novos mercados para além da fronteira nacional. Outro ponto foi o engajamento do país em vários processos de negociações internacionais, com destaque para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesse sentido, tem-se um desafio econômico que passou a ser a meta perseguida pelos industriais brasileiros devido a possibilidade de aumento da competitividade com produtores internacionais. Essa atuação também foi estudada por Santos (2010). O autor





demonstra que a ação dos industriais é um exemplo no processo de defesa dos seus interesses na aprovação da Agenda Legislativa da Indústria.

Para Santos (2010), a arena legislativa ganha prestígio a partir dos anos de 1990, e a indústria passa a reconhecer o Poder Legislativo como o grande palco das discussões sobre a vida econômica e política do Brasil. A Agenda Legislativa da Indústria converte-se numa ação de influência, clara e aberta. Dessa forma, ela passa a indicar os reais interesses da indústria do país e a coesão do pensamento da comunidade industrial.

Assim, a CNI protagonizou um papel chave na organização e na mobilização política do empresariado nacional a partir dos anos 90. Durante os *papers* (Carvalho2003; Mancuso e Oliveira2006; Rocha 2014) enfatizam que a mobilização é maior em momentos críticos, ideia que se coaduna com a que se está trabalhando nesse artigo (deterioração econômica e *impeachment* presidencial). Nesse mesmo sentido, Oliveira e Onuki (2010) veem a política comercial externa brasileira como tendo alcançado o *status* de tema crítico, principalmente, durante as corridas eleitorais. Os autores enfatizam que:

A análise da atuação empresarial dirigida a questões de política comercial em níveis mais desagregados, por outro lado, desautorizam avaliações de que a arena legislativa permanece como mero ratificador automático dos acordos internacionais construídos pelo Executivo aos olhos do setor privado. Ainda que de certa forma ad hoc e de forma circunscrita a questões críticas e que colocam setor privado e Executivo em campos opostos, mais a mais o Legislativo vem sendo acionado por esses interesses organizados. Audiências públicas na Câmara e Senado com representantes do setor privado, pressão direta ou via mídia, delegação de iniciativas a legisladores em matérias de política comercial são alguns dos instrumentos crescentemente utilizados pelo setor privado. Este movimento em certa medida confirma a tese de que a ampliação do papel do Legislativo em matéria de política comercial e, como consequência, a ampliação da instrumentalização desta arena por parte do empresariado, resulta da maior sensibilização dos atores políticos por conta dos efeitos distributivos dos acordos e iniciativas internacionais. O Memorando com vistas a reconhecer a China como economia de mercado, o Mecanismo de Adaptação Competitiva e mesmo a ratificação do ingresso da Venezuela ao Mercosul são alguns dos exemplos examinados que têm impactos distributivos potenciais e que, portanto, induz à mobilização dos grupos de interesse. (Oliveira e Onuki, 2010, 17)

A mesma abordagem focando em momentos críticos foi desenvolvida por Hill (2003). Costa (2012) aponta que a elite empresarial mantém um elevado





grau de adesão à democracia. Porém, esse apoio leva em conta o desempenho das instituições, não apenas econômicas, mas também políticas. E, em relação não apenas aos interesses setoriais particularistas, como também, a partir dos interesses de toda sociedade. Nesse sentido, Mancuso e Oliveira (2006, 169) argumentam que:

(...) em conjunturas críticas anteriores, o empresariado brasileiro também revelou capacidade elevada de ação coletiva e de formação de coalizões multisetoriais. Isso ocorreu, por exemplo, no movimento contra as reformas de base do governo de João Goulart, na primeira metade da década de 1960 (Dreifuss, 1981); na campanha contra a estatização da economia durante o regime militar (Cruz, 1995); na assembleia constituinte de 1987-1988 (Dreifuss, 1989; Aragão, 1996); na elaboração da Lei de Modernização dos Portos, sancionada em 1993 (Doctor, 2002; Diniz e Boschi, 2002); no processo de revisão constitucional de 1993-1994 (Aragão, 1996) e na campanha pela reforma tributária durante o governo Cardoso (Campos, 2002; Diniz e Boschi, 2002).

Segundo Mancuso (2007, 131), “O trabalho diário da mídia mostra que, em diversas esferas e instâncias, o poder público brasileiro é permeável a pressões empresariais pontuais em defesa de benefícios particulares”. É incontestável o poder de influência desse grupo. Partindo de Milbraith (1967, 232), avaliar a influência do empresariado industrial é entender o processo pelo qual os tomadores de decisão consideram o conteúdo de uma dada mensagem enquanto toma sua decisão. A forma de ação política e as possíveis ações dos empresários em defesa de seus interesses, de acordo com Mancuso (2007, 142), pode se dar por meio de: (1) Elaboração e publicação de documentos que apresentam e justificam as reivindicações; (2) Divulgação das demandas empresariais por meio da mídia; (3) Promoção de protestos e manifestações, por exemplo. Como argumentado até o momento e seguindo Mancuso e Oliveira (2006, 158), está-se considerando o empresariado brasileiro como um “empreendedor político”. Ou seja, um ator que decide, unilateralmente, assumir o custo para iniciar e organizar a ação coletiva, tendo no horizonte, a provisão do benefício por todos desejados.³ Ou ainda como define Salisbury (1969), o empreendedor político é caracterizado por indivíduos ou grupos que, por sua ligação com um governo ou alguma outra organização, como um partido ou um sindicato, pode promover seus próprios

³ Há uma vasta literatura que trata do empresariado brasileiro como sendo um ator político “forte” ou “fraco”. Duas sínteses sobre esse debate podem ser encontradas em Mancuso (2007) e Barbosa (2013).





interesses ao negociar bens públicos a algum grupo de indivíduos em troca de seu apoio.

Os governos Dilma Rousseff e Michel Temer

Casarões (2021) caracteriza bem a retração internacional do governo Rousseff entre 2013 e 2016. O seu principal argumento, acompanhado por Saraiva (2014), é que os problemas domésticos dificultaram um maior protagonismo da sua política externa. Sobre o período, Casarões (2021, 440), de forma sintética e ilustrativa, escreve que:

Vaias ensurdecedoras dentro do estádio, bombas de gás lacrimogêneo no seu entorno, prisões de diversos manifestantes. A abertura da Copa das Confederações, em Brasília, deveria celebrar a conquista brasileira de sediar a Copa do Mundo de 2014, anunciada sete anos antes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no auge de sua popularidade. Transformou-se, contudo, num evento constrangedor para sua sucessora, Dilma Rousseff. Poucos se recordam dos lances da vitória da seleção contra o Japão, mas a hostilidade generalizada contra a presidente ficou registrada na memória coletiva. Aquele foi o prenúncio de uma crise política que o governo não seria capaz de superar.

Naquele mês de junho de 2013, algumas capitais brasileiras já vinham testemunhando manifestações pontuais contra o aumento de preços do transporte público, com grande repressão policial. Mas a animosidade observada na Copa das Confederações deflagrou uma nova fase dos protestos, muito maiores, com focos pontuais de violência e mais difusos em termos de pautas ou composição. Ao lado das reivindicações por “passe livre”, havia todo tipo de críticas ao governo — pelo aumento da inflação, pela corrupção generalizada e pelos gastos com estádios para o torneio mundial. Em muitas das cidades, vozes bradavam em uníssono: “o gigante acordou”, em alusão a supostos anos de dormência política e passividade popular. Apesar de todos os esforços de construir um novo pacto entre governo e sociedade, Dilma Rousseff foi tragada pela crise política e econômica dos anos seguintes. Sucumbiu a um processo de *impeachment*, em 2016, conduzido por um congresso indócil, desesperado por sobreviver a numerosas investigações de corrupção e pressionado por manifestações populares cada vez mais numerosas e barulhentas.

Belém Lopes e Faria (2014) argumentam que uma das marcas publicitárias do governo Lula (2003-2010) foi mostrar a redução das desigualdades e da





pobreza no país, o que teria servido como capital político para a eleição da presidente Rousseff. Ainda segundo os autores, opositores ao governo do PT já se remetiam à política externa desenvolvida por Lula e Dilma como apegada aos países bolivarianos. De acordo com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, era preciso executar uma “política externa sem ideologias” e, *inter alia*, assinar acordos de livre-comércio com o mundo desenvolvido para recuperar a economia (Belém Lopes e Faria, 2014, 145).

Se o sentimento era de otimismo devido aos avanços dos governos anteriores, uma série de autores como — Malamud (2011), Cervo e Lessa (2014) e Valença (2016) — são pessimistas ao avaliarem o governo Rousseff. Em síntese, os governos Rousseff foram caracterizados por um período de declínio comparado ao do presidente Lula em termos de política externa. Duas razões principais são apontadas: (1) a falta de ideias força, ou em outras palavras, de conceitos operacionais com capacidade de mobilizar a sociedade e o Estado em torno de uma estratégia de ação externa; e (2) a própria diminuição da eficiência do Estado na sua função gestora de caráter indutor.

De acordo com Bastos e Hiratuka (2017), Rousseff não substituiu as preferências nacionais de fóruns multilaterais por acordos bilaterais. Ela continuou objetivando a ampliação do Mercosul na direção dos países bolivarianos, tais como, Venezuela e Bolívia. Apoiou a consolidação da UNASUL e sua função mediadora na resolução de controvérsias políticas regionais. E, privilegiou, também, aproximações do tipo Sul-Sul que colocavam em xeque os mecanismos internacionais oriundos de Bretton Woods.

Sennes (2012) e Belém Lopes e Faria (2014) complementam que, além disso, houve um agravamento da crise econômica mundial e a fragilização dos indicadores econômicos domésticos; e a perda da força da diplomacia presidencial (Leão 2016; Valença 2016). No que tange ao cenário econômico interno, Saraiva (2014) argumenta que: (1) A crise financeira internacional comprometeu o balanço de pagamentos; (2) O crescimento do PIB foi menor que a do governo Lula e que a média de outros países emergentes; e (3) As contas internas ficaram fora do controle e a inflação chegou próximo ao limite estabelecido pelo próprio governo. O ambiente econômico impactou no campo político, “a reeleição foi possível, mas depois de uma campanha eleitoral que mobilizou e dividiu o país” (Saraiva, 2014, 26). Pennaforte (2017, 4) demonstra o contexto dessas transformações, principalmente, as que dizem respeito à esfera política:





Logo no primeiro ano de seu segundo governo, Dilma Rousseff se deparou com uma forte crise econômica como decorrência de uma desastrosa política econômica de seu primeiro mandato. A consequência foi o surgimento de uma grave crise institucional a partir da perda do apoio popular e de sua base política, que aliada ao escândalo da Petrobras potencializado pela mídia conservadora e dinamizada pelo Poder Judiciário (vazamento de informações seletivas, arquivamento de denúncias contra líderes da então oposição política brasileira etc.) permitiu a aglutinação de tal grupo em torno de um projeto de ruptura democrática que culminou com a abertura do seu processo de impeachment pela Câmara dos Deputados em abril de 2016.

Críticas à política econômica não faltavam. Muitos empresários industriais, de acordo com Bastos e Hiratuka (2017), reclamavam dos juros altos e do Real sobreapreciado. Além disso, eles se colocavam progressivamente contrários a política de aproximação com os Estados bolivarianos do continente sul-americano. Havia divergência ainda quanto a práticas denominadas terceiro-mundistas e da política monetária e cambial que acabava por beneficiar as indústrias locais. Nas palavras dos autores:

Para explicar o comportamento empresarial, além da rejeição a um bloco regional de cunho dito “político” e da perda de atratividade da região à medida que a capacidade de importar dos principais parceiros era prejudicada pela deterioração dos termos de intercâmbio, não se pode descartar a atração empresarial pelos benefícios internos da crítica neoliberal à política econômica (interna e externa) de Dilma. Afinal, esta crítica, tal como expressa no programa presidencial do PSDB em 2014 e no documento “Uma ponte para o futuro” apresentado pelo PMDB em 2015, prometia não só o ambiente de negócios supostamente necessário para a melhor integração brasileira nas cadeias globais de valor, como incluía a austeridade no gasto social e a “flexibilização” de contratos de trabalho entre as reformas que melhorariam tal ambiente de negócios (Bastos e Hiratuka, 2017, 34-35).

Temer assumiu a presidência da República, em setembro de 2016, com um discurso sobre recuperação. Ele prometeu solucionar o cenário de crise política e econômica deixado pela sua antecessora. Nunes e Rodriguez (2017, 37) perguntam-se sobre quais foram as diretrizes e prioridades nas arenas regional e extrarregional do governo Temer-Serra⁴. Eles apontaram para uma priorização

4 José Serra foi ministro das relações exteriores do governo Temer, sucedido por Marcos Bezerra Abbott Galvão (interino) e Aloysio Nunes Ferreira Filho.





do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, um isolamento diplomático da Venezuela e a busca por acordos bilaterais com os países tradicionais (EUA e Japão). Caracterizam, portanto, o período pelo binômio “retração política e pragmatismo econômico”. No mesmo sentido, Pennaforte (2017, 2) indica “um realinhamento automático e de pouca crítica ao centro hegemônico geopolítico e capitalista internacional”.

Bastos e Hiratuka (2017) concluem que Rousseff enfrentou uma força doméstica (interesses de boa parte dos empresários brasileiros) na busca por uma diplomacia ativa e altiva. Haja vista a dependência do governo frente às estruturas produtivas e financeiras. Assim, “A luta futura para assegurar uma política externa independente não poderá travar-se sobretudo no campo da diplomacia internacional, envolvendo batalhas políticas e ideológicas internas para transformar ou modificar estruturas tão ou mais resistentes do que aquelas encontradas nos fóruns multilaterais” (Bastos e Hiratuka, 2017, 35). Nesse sentido, Castelan e Mattei (2016) sustentam que o governo Temer tentou qualificar a sua política externa como “nova”. Ou seja, que ela estaria livre da ideologia que tinha marcado a agenda da sua antecessora. Contudo, como alertam os autores, em qualquer Estado democrático, a política externa também decorre de uma coalizão de interesses e estratégias que são colocadas pelos governantes. E que a passagem dos Ministros das Relações Exteriores reduziu a agenda internacional a acordos bilaterais com propostas meramente comerciais.

A discussão realizada nesse tópico nos enseja a analisar o papel que os interesses organizados podem desempenhar nos rumos das políticas domésticas e externas dos governos. No caso específico desse artigo, trabalhar-se-á com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), particularmente, com a Agenda Internacional da Indústria. A Agenda Internacional da Indústria (que começa a ser publicada a partir de 2016) apresenta as prioridades da atuação da CNI para a inserção internacional das empresas brasileiras. Ela reúne as visões de entidades empresariais e empresas do setor industrial, sendo composto por iniciativas em duas grandes linhas de atuação: ações de influência sobre política comercial e os serviços de apoio à internacionalização de empresas.

Dessa forma, o *lobby* possibilitado pela publicação da Agenda Internacional da Indústria é uma exposição de informações e preferências do grupo investigado no *papper*. O *lobby* é enxergado pela CNI como a utilização estratégica de informações, com o propósito de defender os interesses da indústria. Essa atividade é partilhada em monitorar, informar e influenciar.





Metodologia e dados empíricos

A fim de verificar esses achados da literatura especializada que apontam para caminhos distintos na direção da PEB, foi empregado o método da análise de conteúdo de todos os discursos de política externa proferidos pelos presidentes da República entre 2015 e 2018 e da Agenda Internacional da Indústria dos anos de 2016, 2017 e 2018. A lista dos eventos onde foram proferidos os discursos encontra-se no Apêndice 1. Trabalhos com metodologia similar são os de Costa da Silva, Ribeiro e Carvalho (2015), Rocha (2017) e Fonseca (2017), mas que se utilizaram da análise de conteúdo para estudar a política externa brasileira por meio, apenas, dos discursos proferidos por lideranças do país em aberturas da Assembleia Geral da ONU e nas posses de presidentes e ministros das relações exteriores.

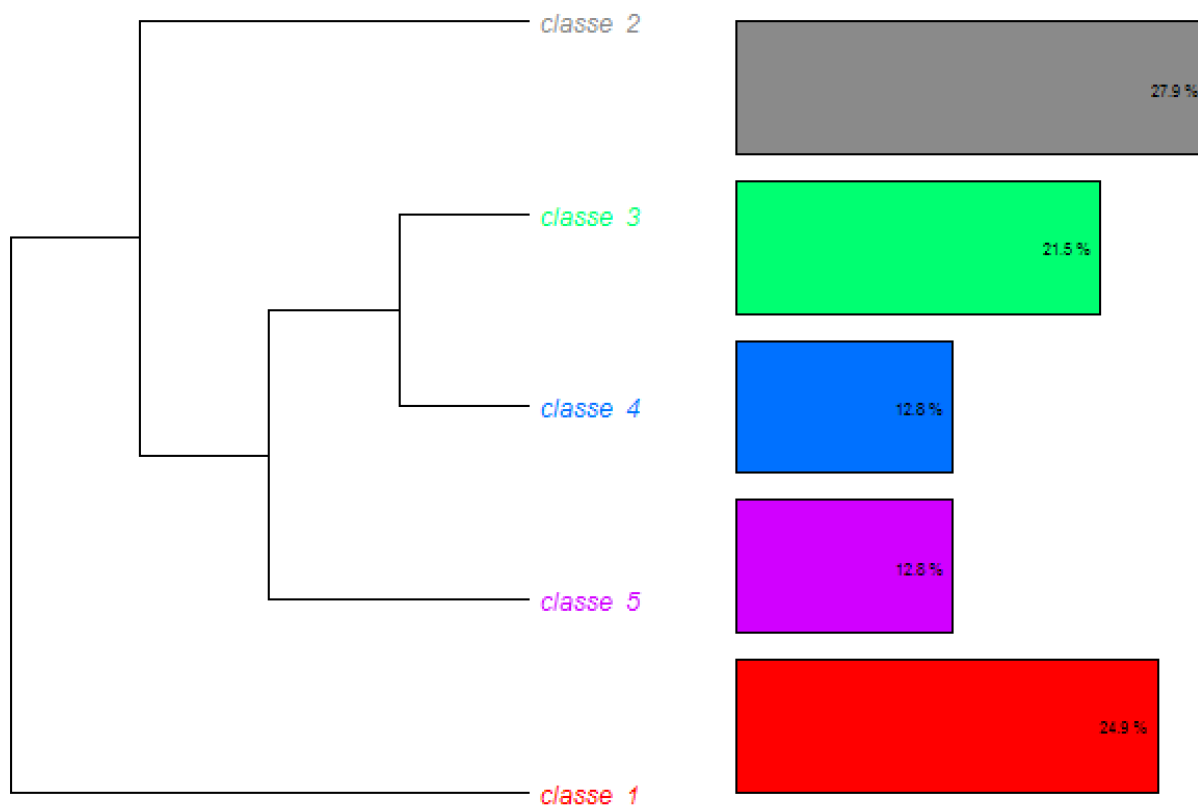
Após a coleta de dados, a análise de conteúdo foi executada no *software* Iramuteq⁵, e se utilizou duas técnicas: o método da classificação hierárquica descendente (CHD) e a análise fatorial de correspondência (AFC). Sobre o método da classificação hierárquica descendente (CHD), Camargo e Justo (S/A, 10) salientam que ele “visa obter classes de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos das outras classes. A partir dessas análises o software organiza a análise dos dados em um dendograma que ilustra as relações entre as classes.” Por outro lado, a análise fatorial de correspondência (AFC) tem como propósito construir “algumas representações gráficas (...), elas representam o posicionamento das classes de vocábulos no *corpus* textual, a partir daí, podemos ver quais classes se complementam e concentram o *corpus*, e quais se distanciam do centro e mostram certa especificidade” (Oliveira, S/A, 10).

Dilma Rousseff

O *corpus* textual da Presidente Rousseff contém 14 textos. A primeira análise empregada mostrou que os discursos foram divididos em cinco *clusters*, como pode ser visto na Figura 1. A classe 1 é a principal, dela se originam as outras classes. Em seguida, tem-se as classes 2 e 5. E, por fim, os *clusters* 3 e 4.

5 Para mais informações sobre o *software*, acessar: <http://www.iramuteq.org/>.



Figura 1 — Dendograma⁶ dos discursos da Presidente Dilma Rousseff

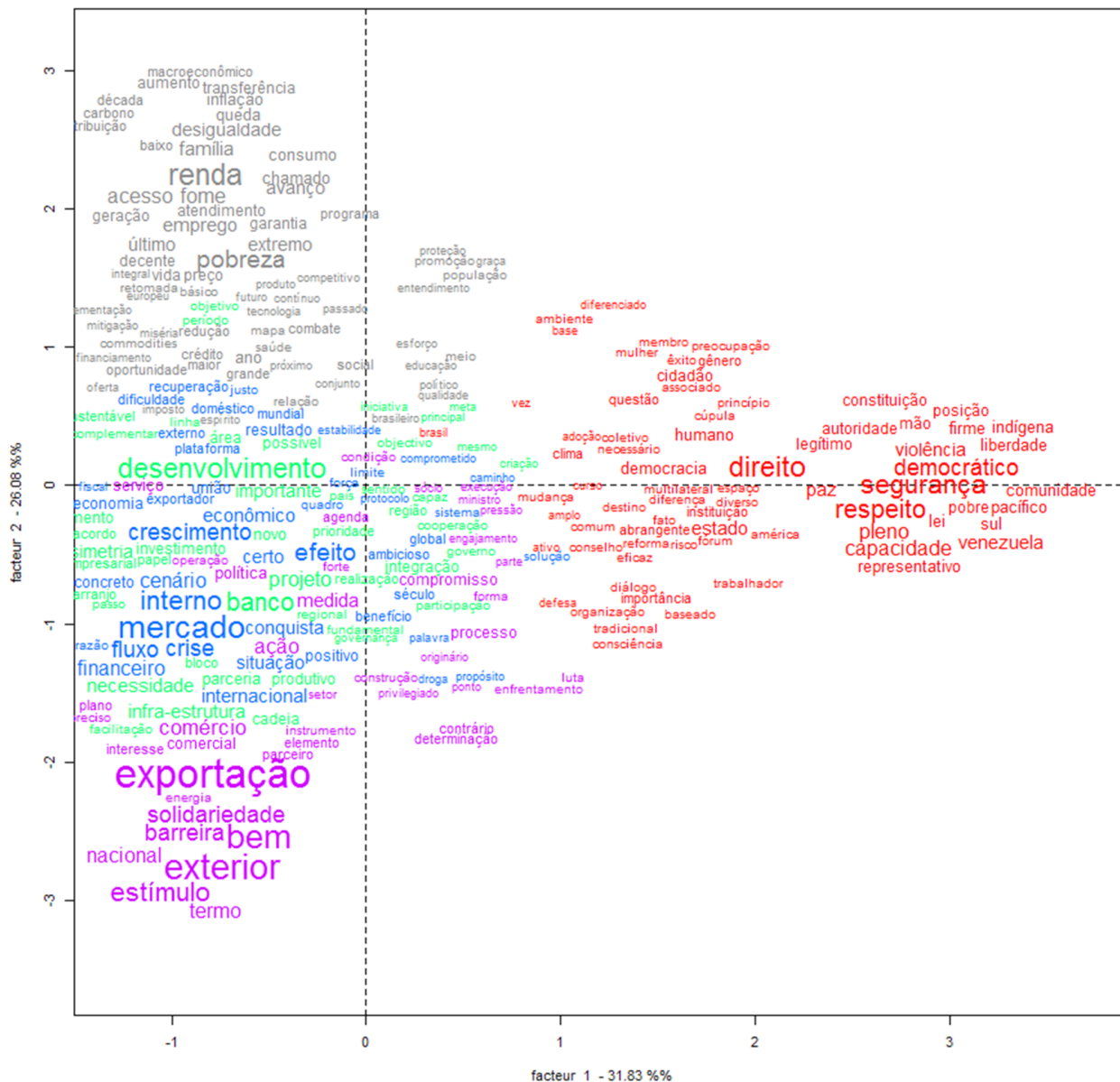
Fonte: Elaboração do autor.

Na análise fatorial de correspondência (AFC), na Figura 2, pode-se perceber os vocábulos que estruturam cada um dos grupos textuais. E chama a atenção a centralidade do tema sobre o “Estado democrático de direito”, “respeito” e “segurança” (classe 1) que irão estruturar as falas em torno das outras questões. Há ainda foco nas palavras “renda” e “pobreza” (classe 2), bem como, a temática a respeito das “exportações” (classe 5). Já as classes 3 e 4 tratam de temas como: “desenvolvimento”, “crescimento do mercado interno” e “crise”. Seguem alguns exemplos de como cada um desses temas aparecem nos textos, ver Apêndice 2.

⁶ Foram classificados 272 segmentos de textos de 340. O que representa uma extração de 80,0%.



Figura 2 — Análise fatorial de correspondência dos discursos da Presidente Dilma Rousseff



Fonte: Elaboração do autor.

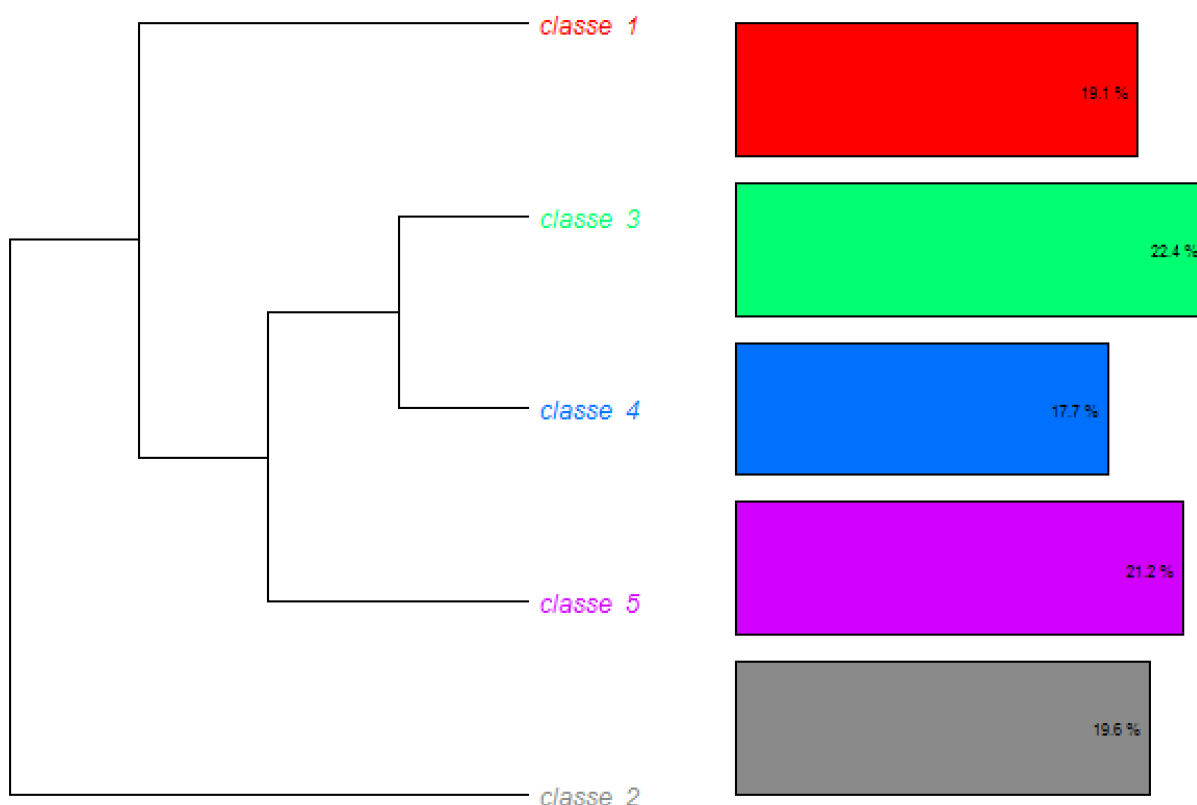
É interessante notar que os discursos proferidos são desenvolvidos a partir do binômio legalidade democrática-desenvolvimento econômico. Sentindo a proximidade do *impeachment* a Presidente começa a inserir em seus discursos temas referentes à legalidade e ao Estado democrático de direito. Bem como, tenta acenar ao setor produtivo nacional e às camadas sociais mais afetadas pelo baixo crescimento econômico e pela escalada da inflação.



Michel Temer

O corpus textual do Presidente Temer continha 24 textos. O dendograma, na Figura 3, mostra que os discursos foram divididos em cinco *clusters*. A classe 2 é a principal, dela derivam as outras. Seguida pela classe 1, e, posteriormente, a 5. Por fim, tem-se a 3 e a 4 que são grupos mais residuais que tratam de temas ligados aos direitos humanos.

Figura 3 — Dendograma⁷ dos discursos do Presidente Michel Temer



Fonte: Elaboração do autor.

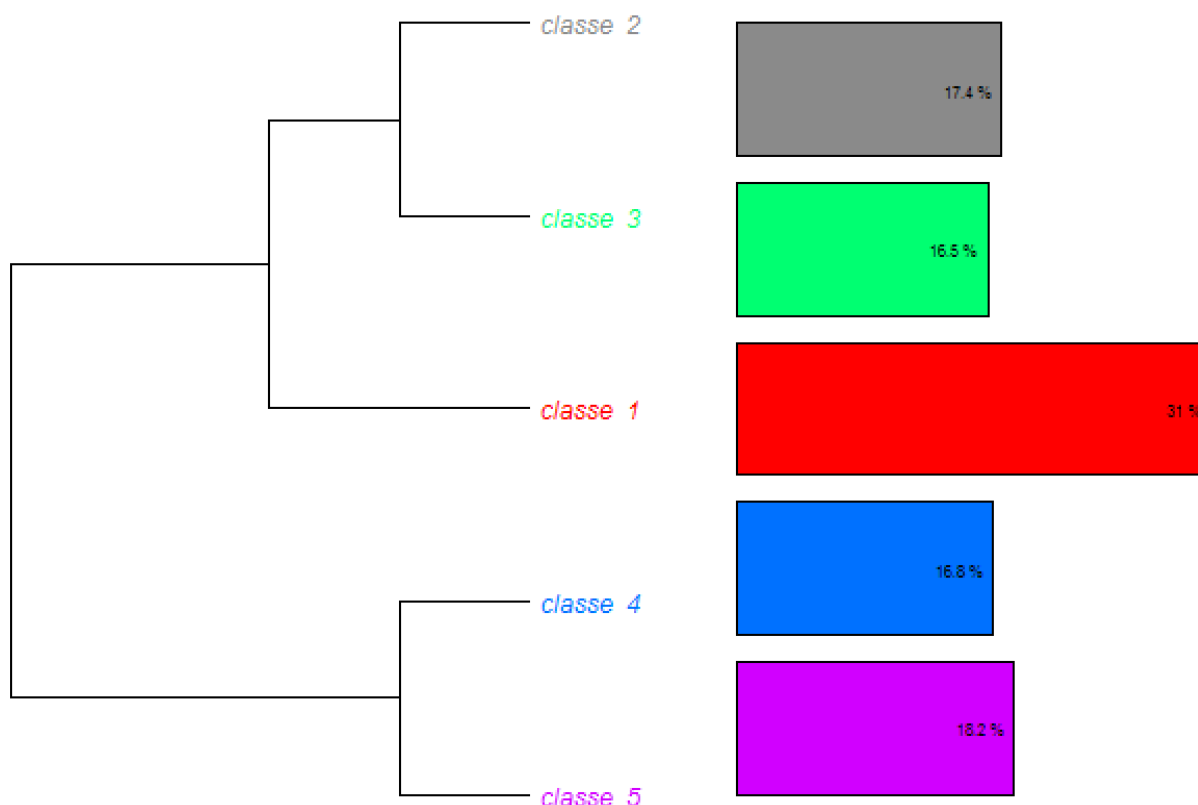
Na análise fatorial de correspondência (AFC), na Figura 4, pode-se perceber as palavras que estruturam cada um dos grupos textuais. E, chama a atenção (no grupo cinza), as palavras “responsabilidade”, “fiscal” e “conta” que serão os motes para o desenvolvimento das outras classes. Principalmente, o grupo em vermelho que dá conta das questões dos “acordos” com a “América do Sul”, “Aliança do Pacífico” e “Europa”. Em seguida (em roxo), um terceiro tema relevante que se conecta com os dois já descritos está a ênfase no “comércio”

⁷ Foram classificados 509 segmentos de textos de 632. O que representa uma extração de 80,54%.

Agenda Internacional da Indústria

O *corpus* textual da Agenda Internacional da Indústria continha as três edições existentes para o período da pesquisa (CNI 2016; 2017 ; 2018). Na Figura 5, vê-se o dendograma que mostra que a agenda pode ser dividida em 5 *clusters*.

Figura 5 — Dendograma⁸ da Agenda Internacional da Indústria (2016 a 2018)



Fonte: Elaboração do autor.

Na Figura 6, pode-se perceber as palavras que estruturam cada um dos grupos textuais após a AFC. Na verdade, há cinco grupos: a classe 1 que representa o regime tributário de onde se derivam as outras classes; a classe 2 que trata da internacionalização das empresas; a classe 3 cujo interesse são os negócios internacionais; a classe 4 com temas ligados aos acordos, principalmente, com o Mercosul; e, a classe 5 que trata do crescimento econômico mundial. Para alguns exemplos de como cada um desses temas aparecem nos textos, ver Apêndice 4.

⁸ Foram classificados 1005 segmentos de textos de 1190. O que representa uma extração de 84,45%.



Considerações finais

Os resultados apontam para diferenças no tocante às agendas particulares de cada governo, bem como, para a aproximação de Temer com a CNI, especialmente, no que tange aos assuntos econômicos (crescimento da economia, reformas, acordos e responsabilidade fiscal). No caso de Dilma, o tema central é o da desigualdade social, pobreza e o Estado democrático de direito. Mas, ainda merece destaque a política latino-americana, a questão de gênero e a mudança climática, o BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento, e, por fim, as exportações brasileiras e o comércio exterior. Por outro lado, para Temer, o foco é na palavra responsabilidade fiscal e tributária. Em paralelo, aparecem o Mercosul e o acordo com a União Europeia e a Aliança do Pacífico, o multilateralismo no BRICS, na ONU e CPLP.

Apesar de alguns temas aparecerem nos discursos de ambos governantes, os seus significados são distintos. No Apêndice 5, são mostrados dois exemplos, referentes ao Mercosul, porém um com enfoque político e outro econômico, além do posicionamento da CNI. Como observado no Apêndice 5, os grifos são do autor, há um compasso entre as diretrizes pretendidas pela CNI e os discursos proferidos pelo presidente Temer. Esse ativismo do empresariado (empreendedorismo político) brasileiro já foi demonstrado, em outros contextos, entretanto, se mostra novamente importante. É claro que ambos governos podem discutir sobre os temas sociais e comerciais, contudo, é candente as ênfases e diferenciações de significados dados a uma ou outra questão por eles. Com isso, temos indícios para acreditar que as diferenças de agendas da política externa dos dois diferentes governos, como também, a conexão delas com os interesses domésticos, particularmente, do setor industrial não seja casual. Principalmente, por ter havido mobilização do próprio grupo durante o processo que levou ao *impeachment* da Presidente, com o explícito apoio dos representantes do setor nos meios relevantes de comunicação nacional.

Assim, reforça-se o argumento de que a orientação ideológica do governo impacta diretamente na direção mais específica da política externa. Haja visto que os governos representam um consenso em torno de uma agenda. Esse consenso gira em torno de apoios, apoios que estão embebidos por interesses conforme nos informam os teóricos dos grupos de pressão. O que mudou foram as políticas específicas que, como política pública, a política externa é influenciada pelas convicções políticas da sigla partidária no poder. Por último, apesar da





relevância dos achados, é importante deixar claro que o trabalho se baseia nos documentos oficiais/formais disponíveis (discursos oficiais dos presidentes e a Agenda Internacional da Indústria). Como bem lembra Mancuso (2007, 142), o empreendedorismo político do empresariado também pode se manifestar por meio de: contato direto com os tomadores de decisões ou seus assessores — que podem ocorrer em situações informais (almoços, jantares, festas); contato indireto com os tomadores de decisão por meio de cartas, abaixo-assinados, mensagens eletrônicas. Esses contatos pela própria natureza particular impossibilita a captação do seu efeito pelo pesquisador, mas caso incluído, com certeza, dariam maior robustez às conclusões.

Referências

- Alcântara, Lúcio. 2001. Os parlamentos e as relações internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 44, n. 1.
- Almond, Gabriel. & James Coleman. (eds.). 1960. *The politics of the developing areas*. Princeton: Princeton University Press.
- Almond, Gabriel. & B. Powell. 1966. *Comparative Politics: a development approach*. Boston: Little, Brown.
- Almond, Gabriel *et al.* 2007. *Comparative Politics Today: A Theoretical Framework*. Pearson/Longman.
- Alves, Murilo. 2016. Dilma perdeu 'legitimidade' para conduzir mudanças que o País deseja, diz CNI. *Estadão*, São Paulo. <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-perdeu-legitimidade-para-conduzir-mudancas-que-o-pais-deseja--diz-cni,1849268>> Acesso em: 04 de abril de 2018.
- Barbosa, Agnaldo Sousa. 2013. Revisitando a literatura sobre o empresariado industrial brasileiro: dilemas e controvérsias. *Caderno CRH*, 26(68), 391-406.
- Bastos, Pedro Paulo e Celio Hiratuka. 2017. A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. Texto para discussão, Instituto de Economia, UNICAMP.
- Belém Lopes, Dawisson e Carlos Aurélio Faria. 2014. Eleições presidenciais e política externa brasileira. *Estudos Internacionais*, 2(2), 139-148.
- Camargo, Brigido e Ana Maria Justo. (S/A). Tutorial para uso do software Iramuteq. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, UFSC, Brasil.
- Carvalho, Maria Izabel. 2003. Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição Brasileira para Seattle. *Contexto Internacional*, 25(2), 363-401.





- Casarões, Guilherme. 2021. O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político-econômica levou ao colapso da política externa brasileira. *Aisthesis*, (70), 439-473.
- Castelan, Daniel e Lauro Mattei. 2016. A política externa do governo Temer. Texto para discussão NECAT.
- Cervo, Amado e Clodoaldo Bueno. 2002. História da Política Exterior do Brasil. Brasília, Editora da UnB.
- Cervo, Amado Luiz e Antônio Carlos Lessa. 2014. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57(2), 133-151.
- CNI. 2016. Agenda Internacional da Indústria/Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 46 p.
- CNI. 2017. Agenda Internacional da Indústria/Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 66 p.
- CNI. 2018. Agenda Internacional da Indústria/Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 69p.
- Costa, Paulo Roberto. 2012. A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política. *Opinião Pública*, 18(2), 452-469.
- Costa, Sérgio. 2018. Estrutura Social e Crise Política no Brasil. *Dados*, 61(4).
- Costa da Silva, Danielle; Renata Ribeiro e Tássia Carvalho. 2015. A análise de conteúdo de pronunciamentos oficiais como metodologia interpretativa da política externa brasileira. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 6(2), 346-363.
- Fonseca, Pedro. 2017. Poder e discurso: uma análise de conteúdo do discurso de posse dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil (2003-2016). IX Congresso Latino-Americano de Ciência Política, Montevideu.
- Hill, Christopher. 2003. *The Changing Politics of Foreign Policy*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Hudson, Valerie. 2005. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis*, 1, 1-30.
- Lapalombara, Joseph, 1982. *A Política no Interior das Nações*. Brasília: Editora da UnB.
- Leão, André. 2016. Política externa brasileira para a América do Sul: uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Dilma. *Boletim de Economia e Política Internacional*, 22, 7-18.
- Malamud, Andrés. 2011. La política externa de Dilma Rousseff: ¿menos de lo mismo? *Iberoamericana*, 41, 174-179.
- Mancuso, Wagner Pralon. 2007. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, (28), 131-146.
- Mancuso, Wagner Pralon e Amâncio Oliveira. 2006. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (69), 147-172.





- Manfrini, Sandra e Anne Warth. 2016. Indústria e CNT dão apoio ao impeachment de Dilma. Estadão, São Paulo. < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,industria-e-cnt-dao-apoio-ao-impeachment-de-dilma,1855909> > Acesso em: 04 de abril de 2018.
- Martins, Victor. 2016. Confederação ligada a ministra da Agricultura declara apoio ao impeachment. Estadão, São Paulo. < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,confederacao-ligada-a-ministra-da-agricultura-declara-apoio-ao-impeachment,10000025301> > Acesso em: 04 de abril de 2018.
- Milani, Carlos. 2012a. Atores e agendas no campo da Política Externa Brasileira de Direitos Humanos. Leticia Pinheiro; Carlos Milani (orgs.). Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: FGV.
- Milani, Carlos. 2012b. Crise política e relações internacionais: uma análise escalar da política externa brasileira. Fundação Alexandre Gusmão. VI Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: Relações Internacionais em Tempos de Crise Econômica e Política. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Milani, Carlos e Leticia Pinheiro. 2013. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto Internacional, 35(1), 11-41.
- Milbraith, Lester. 1967. Interest Groups and Foreign Policy. Domestic Sources of Foreign Policy, James N. Rosenau. New York: Free Press.
- Nunes, Raul e Vitória Rodriguez. 2017. A política externa brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica. Boletim de Conjuntura — NERINT, 1(4), 30-39.
- Oliveira, Amâncio e Janina Onuki. 2010. Política comercial e Legislativo: a atuação do empresariado brasileiro. Estado, Empresariado e Desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias, Wagner Pralon Mancuso, Maria Antonieta Leopoldi & Wagner Iglecias. São Paulo: Editora de Cultura.
- Oliveira, Luis Felipe. (S/A). Tutorial (básico) de utilização do Iramuteq. Laboratório de Políticas Públicas Participativas, UFG, Brasil.
- Pennaforte, Charles. 2017. A política externa brasileira pós-impeachment: mudança ou estagnação? XVI Congresso Internacional — FOMERCO, Salvador.
- Pinheiro, Leticia. 2004. Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Putnam, Robert. 1988. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. International Organization, 42(3), 427-460.
- Rocha, Danilo. 2014. Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula. Revista de Sociologia e Política, 22(51), 77-96.
- Rocha, Felipe. 2017. Temas de Relações Internacionais nos discursos de posse de presidentes e de chanceleres brasileiros (1995-2017). Rev. Carta Inter., 12(3), 153-174.





- Salisbury, Robert. 1969. An Exchange Theory of Interest Groups. *Midwest Journal of Political Science*, 13(1).
- Salomón, Mónica e Leticia Pinheiro. 2013. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56(1), 40-59.
- Saraiva, Miriam Gomes. 2014. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?. *Relações Internacionais (R:I)*, (44), 25-35.
- Santos, Manoel Leonardo. 2010. O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados. Tese (doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
- Sennes, Ricardo. 2012. La inserción económica internacional de Brasil: desafíos del Gobierno de Dilma Rousseff. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, 151-173.
- Sorima Neto, João, Danielle Nogueira e Eliane Oliveira. 2016. Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma. *O Globo*, Rio de Janeiro. <<https://oglobo.globo.com/economia/fiesp-firjan-defendem-impeachment-de-dilma-18902113>> Acesso em: 04 de abril de 2018.
- Valença, Marcelo. 2016. Política Externa Brasileira e Multilateralismo: o que esperar do novo governo. *Cadernos Adenauer*.
- Webber, Mark e Michael Smith. 2002. *Foreign Policy in a Transformed World*. Harlow, Prentice Hall.





Apêndice 1 — Lista de todos os discursos presidenciais utilizados

Presidente	Data	Evento
Dilma Rousseff	22/04/2016	Cerimônia de Assinatura do Acordo de Paris
	21/12/2015	XLIX Cúpula dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados
	30/11/2015	Sessão de Abertura da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima — COP21
	28/09/2015	70ª Assembleia Geral da ONU
	27/09/2015	Encontro de líderes globais sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres
	26/09/2015	Discurso na ONU sobre metas ambientais
	26/09/2015	Reunião de Cúpula do G4
	17/07/2015	48ª Cúpula do Mercosul
	09/07/2015	Sessão plenária dos chefes de Estado e de Governo dos Brics
	09/07/2015	Encontro de chefes de Estado e de Governo dos Brics com o Conselho Empresarial do grupo
	24/06/2015	Cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Exportações
	10/06/2015	II Cúpula Celac-UE
	11/04/2015	VII Cúpula das Américas
	28/01/2015	2ª Sessão Plenária da III Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)
Michel Temer	30/11/2018	II Sessão Plenária da Reunião de Líderes do G20 — Construindo Consenso
	30/11/2018	I Sessão Plenária da Reunião de Líderes do G20
	30/11/2018	Reunião dos BRICS
	25/09/2018	Abertura da 73ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
	18/06/2018	Sessão Plenária dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, Estados Associados e Convidados Especiais
	14/04/2018	Sessão Plenária da VIII Cúpula das Américas
	24/01/2018	Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2018
	21/12/2017	LI Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados
	19/09/2017	Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU
	05/09/2017	Diálogo dos Chefes de Estado e de Governo do Brics e das Economias Emergentes e Países em Desenvolvimento
	03/09/2017	Abertura do Fórum Empresarial do Brics
	09/08/2017	Solenidade de Abertura da XXXVI edição do Encontro Nacional de Comércio Exterior — ENAEX 2017
	21/07/2017	Sessão Plenária dos Senhores Presidentes dos Estados Membros do Mercosul, Estados Associados, México e Convidados Especiais
	07/07/2017	Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do BRICS
	29/06/2017	Abertura da 15ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP
	05/06/2017	Cerimônia em Comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente
	05/04/2017	Encontro com a Delegação de Deputadas integrantes da Rede de Mulheres da Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
	07/03/2017	Cerimônia de Posse dos Ministros da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, e das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira
	31/10/2016	Sessão solene de abertura da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP
	16/10/2016	Encontro privado dos Chefes de Estado e de Governo do BRICS
20/09/2016	Abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas	
19/09/2016	Reunião Alto Nível sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes	
12/09/2016	Cerimônia de ratificação do Acordo de Paris sobre mudança do clima	
04/09/2016	Reunião de líderes do BRICS	

Fonte: Elaboração do autor.



**Apêndice 2 — Dilma Rousseff**

Tema	Texto	Fonte
Estado democrático de direito	“é com esse propósito que a Unasul trabalha para acompanhar e apoiar o diálogo político entre o governo e a oposição na Venezuela buscando contribuir para o pleno respeito por todos ao estado democrático de direito ao direito de defesa e à constituição do país”	VII Cúpula das Américas, 11/04/2015
Respeito	“realização periódica e regular desses pleitos demonstra capacidade de lidar com diferenças políticas por meio do diálogo do respeito às instituições e da participação cidadã temos de persistir neste caminho evitando atitudes que acirrem disputas e incitem a violência”	48ª Cúpula do Mercosul, 17/07/2015
Segurança	“o Brasil acredita que um Conselho de Segurança da ONU reformado e ampliado será mais legítimo e eficaz no exercício da importante função de preservar a paz internacional e a segurança coletiva”	Sessão plenária dos chefes de Estado e de Governo dos BRICS, 09/07/2015
Renda e Pobreza	“desde 2003 políticas sociais e de transferência de renda contribuíram para que mais de 36 milhões de brasileiros superassem a pobreza extrema o brasil saiu no ano passado do mapa mundial da fome”	Sessão Plenária da Conferência da ONU, 27/09/2015
Exportações	“com as medidas deste plano nacional de exportações nós vamos fazer do comércio exterior elemento central da agenda de competitividade e de crescimento da nossa economia acredito que o mote e que o símbolo dessa atuação será sempre mais brasil no mundo”	Lançamento do Plano Nacional de Exportações, 24/06/2015
Desenvolvimento e crise	“a integração comercial e de cadeias produtivas é um dos mecanismos capazes de assegurar que em todos os momentos e em especial diante de problemas ou crises possamos sustentar o desenvolvimento ”	VII Cúpula das Américas, 11/04/2015
Banco de Desenvolvimento do BRICS	“os BRICS deram o grande passo de criar o novo banco de desenvolvimento e o arranjo contingente de reservas”	Encontro de chefes de Estado e de Governo dos Brics com o Conselho Empresarial do grupo, 09/07/2015
Mercado interno	“nós sabemos que mercados internos fazem a diferença mercados internos funcionam como âncora mas funcionam também como plataformas de lançamento nós vamos continuar trabalhando para ampliar esse mercado interno para ampliá-lo em todas as dimensões”	Lançamento do Plano Nacional de Exportações, 24/06/2015

Fonte: Elaboração do autor.





Apêndice 3 — Michel Temer

Tema	Texto	Fonte
Responsabilidade fiscal	“a primeira palavra destas cinco é a palavra responsabilidade ao lidar com a crise que herdamos rejeitamos desde logo os falsos atalhos populistas, haveríamos de governar com visão de longo prazo” “sem responsabilidade fiscal a responsabilidade social é mero discurso vazio “porque apenas com as contas em ordem é que nós temos crescimento e emprego apenas com as contas em ordem é que nós teremos espaço orçamentário para políticas sociais que são indispensáveis em um país ainda desigual como o nosso”	Fórum Econômico Mundial — Davos, 24/01/2018
Acordos	“o fechamento ao outro é um obstáculo ao desenvolvimento estreitaremos os laços do Mercosul com os países da aliança do pacífico seguiremos também firmemente engajados nas negociações de acordo com a União Europeia”	Sessão Plenária com os Estados Membros do Mercosul, Estados associados, México e convidados, 21/07/2017
Comércio	“o Paraguai e o Uruguai estamos recobrando o espírito original do Mercosul esses países são países integrantes do Mercosul voltados todos para o livre mercado o bloco tem alcançado progressos significativos na eliminação de barreiras de comércio ” “aliás junto com nossos sócios do Mercosul nós resgatamos a vocação original desse bloco para o livre mercado identificamos barreiras ao comércio e estamos tratando de eliminá-las”	Fórum Econômico Mundial — Davos, 24/01/2018 e Fórum Empresarial do BRICS, 03/09/ 2017
Desenvolvimento	“nosso processo de desenvolvimento passa principalmente por parcerias em investimentos em comércio em ciência e tecnologia nossas relações com países de todos os continentes serão aqui decisivas”	71ª Assembleia Geral das Nações Unidas, 20/09/2016
Direitos humanos	“temos que permanecer coesos em torno desta obra coletiva que é erguer um mundo em que predominem a paz o desenvolvimento e os direitos humanos nada conseguiremos sozinhos nada conseguiremos sem a diplomacia sem o multilateralismo”	73ª Assembleia Geral das Nações Unidas, 25/09/2018

Fonte: Elaboração do autor.





Apêndice 4 — CNI

Tema	Texto	Fonte
Tributário	“neste caso o interesse central da CNI tem sido ao longo dos anos a ampliação dos regimes que asseguram a desoneração tributária de exportações e de seus insumos”	CNI (2016, p. 28)
Negócio	“parcerias ou contratos depende de uma estratégia de negócios de médio a longo prazo para as micro e pequenas empresas (MPEs) o desafio de construir um plano de internacionalização é ainda maior”	CNI (2018, p. 51)
Internacionalização	“as atividades da CNI que compõem a agenda internacional da indústria podem ser classificadas em duas grandes linhas de atuação: (1) influência sobre políticas comerciais; e (2) serviços de apoio à internacionalização de empresas”	CNI (2016, p. 7)
Crescimento	“ crecimento na américa latina com recuperação na Argentina e nova fase do Mercosul, atenção à agenda bilateral Brasil-Argentina com foco na implementação de medidas visando ao livre comércio”	CNI (2018, p. 28)
Acordo e Mercosul	“ acordos comerciais — as negociações comerciais são parte importante da agenda internacional da CNI desde os anos de 1990 ao longo dos últimos anos o tema teve sua relevância reduzida em função das opções de política do governo brasileiro” “além disso a recente mudança de governo na argentina e o estabelecimento da Aliança do Pacífico envolvendo três países sul-americanos abrem novas possibilidades para atualizar a agenda comercial do Mercosul e aprofundar acordos com países da região que não são membros da união aduaneira”	CNI (2016, p. 21)

Fonte: Elaboração do autor.





Apêndice 5 — Exemplos dos discursos de Dilma, Temer e CNI sobre Mercosul — Político (Venezuela) e Mercosul (Econômico)

Tema	Governo/Entidade	Discurso	Local
Venezuela	Dilma	“Nós, países latino-americanos e caribenhos, não admitimos medidas unilaterais, golpistas e políticas de isolamento. Sabemos que tais medidas são contraproducentes, ineficazes e injustas. Por isso, rechaçamos a adoção de quaisquer tipos de sanções contra a Venezuela. ”	II Cúpula CELAC-UE
Venezuela	Temer	“Defender a democracia (...) significa dar concretude a esses compromissos naqueles momentos em que direitos fundamentais são postos em xeque. Por isto que, quando suspendemos por comum acordo a Venezuela do Mercosul, era aliás, uma medida que se imponha. ”	LI Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados
Venezuela	CNI	“A agenda do bloco esteve novamente ocupada por questões políticas em relação à situação da Venezuela. Em dezembro de 2016, o bloco deu solução adequada à questão da participação do país no Mercosul, fazendo cessar seus direitos como Estado Parte até que sejam definidas condições para a sua retomada.”	Agenda Internacional da Indústria, 2017.
Mercosul (Economia)	Dilma	“Nossa integração produtiva contribui para a redução das assimetrias entre os países da região.” “Os avanços das políticas do Mercosul Social e Cidadão também são motivos de grande orgulho. Destaco aqui a criação de mecanismo para negociação conjunta do preço dos medicamentos (...)”	XLIX Cúpula dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados
Mercosul (Economia)	Temer	“Aliás, junto com nossos sócios do Mercosul, nós resgatamos a vocação original desse bloco para o livre-mercado. ”	Fórum Econômico Mundial
Mercosul (Economia)	CNI	“Além disso, a principal iniciativa preferencial de que o Brasil participa — o Mercosul — passou por um longo período de “esvaziamento” de sua agenda comercial e econômica. ”	Agenda Internacional da Indústria, 2016.

Fonte: Elaboração do autor.

